



PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

Outubro 2023

Aos Administradores e Acionistas da
PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Curitiba – Paraná

Ref.: Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2022.

Apresentamos a V. Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – Relatório do Auditor Independente;
- 2 – Balanço Patrimonial;
- 3 – Demonstração do Resultado;
- 4 – Demonstração do Resultado Abrangente;
- 5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e,
- 7 – Notas Explicativas.

PORTO DE CIMA CONCESSÕES

Curitiba – PR

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022**

Outubro 2023

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Curitiba – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada “Responsabilidades dos Auditores Independentes”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfases

Incerteza Relevante Relacionada com a Continuidade Operacional

Conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2022, situação de passivo a descoberto no valor de R\$ 417.630 mil (R\$ 509.427 mil em 2021), além de apresentar naquela data capital circulante líquido negativo de R\$ 19.128 mil (R\$ 48.188 mil em 2021) e prejuízo acumulado no valor de R\$ 447.630 mil (R\$ 539.427 mil em 2021). Essas condições, juntamente com os assuntos descritos a seguir, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Empresa e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto os valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos no caso de insucesso do restabelecimento do equilíbrio financeiro da Empresa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores

A administração da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança Sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, inclusive se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de outubro de 2023.

Atenciosamente,

DataSenior Auditores Independentes SS

CRC PR-009427/O-0

Hyellen dos Santos Bispo Martins

CRC PR 053849/O-2

Sócia – Responsável Técnica

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.553	8	Fornecedores		19	10
Impostos a recuperar		568	17	Financiamentos bancários	14	4.857	9.411
Participação em Consórcios	9	3.273	3.272	Obrigações fiscais e tributárias	15	562	552
Adiantamentos concedidos		97	8	Obrigações com partes relacionadas	16	21.181	41.500
Total do ativo circulante		7.491	3.305	Outras obrigações		-	20
				Total do passivo circulante		26.619	51.493
NÃO-CIRCULANTE				NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	10	33.350	41.388	Financiamentos bancários	14	7.715	12.578
Adiantamento para Aumento de capital	11	593	257.269	Obrigações fiscais e tributárias	15	47	496
Total do realizável a longo prazo		33.943	298.657	Obrigações com partes relacionadas	16	454.221	445.486
				Provisão para Perdas com Investimentos	17	1.429	182.591
Investimentos		30.967	(118.745)	Total do Passivo Não-Circulante		463.412	641.151
Investimento	12	83.671	108.884	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)			
Ajuste a Valor Justo	13	(52.704)	(227.629)	Capital social		30.000	30.000
				Prejuízos Acumulados		(447.630)	(539.427)
Total do ativo não-circulante		64.910	179.912	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(417.630)	(509.427)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		72.401	183.217
TOTAL DO ATIVO		72.401	183.217				

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Demonstração do Resultado
Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	508	91
(-) Custos das mercadorias e serviços vendidos		(506)	(387)
Lucro bruto		2	(296)
<u>Despesas operacionais</u>			
Gerais e administrativas	20	(4.018)	(925)
Despesas tributárias		(12)	(70)
Equivalência patrimonial	21	(19.488)	(91.403)
Outras receitas e despesas	22	(71.782)	170
		(95.300)	(92.228)
Resultado antes dos efeitos financeiros		(95.298)	(92.524)
Resultado financeiro líquido	23	2.702	(4.442)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(92.596)	(96.966)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	24	-	-
Prejuízo líquido do Exercício		(92.596)	(96.966)
Quantidade de ações		1.840.041	1.840.041
Prejuízo líquido por ação		(50)	(53)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Demonstração do Resultado Abrangente
Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(92.596)	(96.966)
Outros resultados abrangentes	184.393	-
Resultado Abrangente Total	91.797	(96.966)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuizos Acumulados</u>	<u>Patrimônio Líquido Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2021	30.000	(442.461)	(412.461)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(96.966)	(96.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	(539.427)	(509.427)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(92.596)	(92.596)
Ajuste Valor Justo	-	184.393	184.393
Saldos em 31 de dezembro de 2022	30.000	(447.630)	(417.630)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Demonstração dos Fluxos de Caixas – Método Indireto
Para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo líquido do Exercício	(92.596)	(96.966)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalencia patrimonial	19.488	91.403
	(73.108)	(5.563)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Variação nas contas a receber	(1)	946
Variação nos impostos a recuperar	(551)	(1)
Variação nos adiantamentos concedidos	(89)	(8)
Variação das obrigações tributárias	(438)	(522)
Variação de fornecedores	9	(16)
Variação outras contas ativas e passivas	(20)	18
Caixa líquido das atividades operacionais	(1.090)	417
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Créditos com Partes relacionadas	8.038	175.024
Aportes Integralizados	229.857	(257.269)
Baixa de Investimento	48.760	-
Variação no Resultado de Participação	3.669	-
Reversão Provisão Perdas	(201.047)	-
Realização do Ajuste Valor Justo	(174.925)	-
AVJ Eventos subsequentes	184.393	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	98.746	(82.245)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(9.417)	64
Obrigações com partes relacionadas	(11.585)	87.330
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(21.002)	87.394
(Diminuição) aumento de caixa e de equivalentes de caixa	3.545	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.553	8
(Diminuição) aumento de caixa e de equivalentes de caixa	3.545	3

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A é uma sociedade que tem por objeto realizar, sob regime de concessão de serviços públicos, a exploração de malhas rodoviárias, compreendendo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a ampliação, a operação e a exploração, mediante a cobrança de pedágio, das malhas rodoviárias, além da execução de obras de engenharia civil, participação e investimentos no capital social de outras sociedades, como quotista ou acionista, bem como exploração comercial dos serviços de estacionamento de veículos.

Está registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 02.189.906/0001-21 e Número de Inscrição de Registro de Empresas (NIRE) nº 413.000.156-19. Está sediada na cidade de Curitiba (PR), Rua Visconde de Nacar 1441 Sala 3 Andar 3, Centro, CEP: 80.410.-201.

2. Base de Preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de Outubro de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Declaração de concordância

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras, bem como com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas.

5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, requer que a administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto. Dessa forma, não foi registrado nenhum ajuste.

6. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias são calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos.

7. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia expressas nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados:

a. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos, como segue:

Classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os empréstimos e financiamentos estão mensurados ao custo amortizado, qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros. Estão apresentados na nota explicativa “14”.

Desreconhecimento

(i) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de

recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção.

b. Impostos a recuperar

Referem-se ao imposto de renda retido na fonte atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Serão recuperados na medida em que as operações gerarem débitos para sua compensação.

c. Caixa e Equivalentes de Caixa

Detalhados na nota explicativa “8”, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

d. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

São demonstradas pelos custos de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais correspondentes até as datas dos balanços.

Referem-se a aplicações financeiras de liquidez em títulos de letras de tesouro, vinculadas a empréstimos obtidos com a finalidade de capital de giro, portanto, não classificadas em caixas e equivalentes, mas neste grupo específico.

e. Créditos e Obrigações com Partes Relacionadas

Referem-se a contas-correntes mantidas com empresas ligadas, sem remuneração. Estão apresentados em detalhes na nota explicativa “10” e “16”.

f. Investimentos

f.1. Investimentos em Sociedades Controladas, Coligadas e sob Controle Comum

Os investimentos permanentes em sociedades controladas e coligadas e sob controle comum, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Estão apresentados nas notas explicativa “12 - Investimentos” e “17 - Provisão para perda com investimento”.

f.2. Outros investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

g. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso.

Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

h. Outros Ativos Circulantes e não Circulantes

Os ativos são reconhecidos nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros favoreçam a Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

Os ativos, demonstrados a valores de realização, são classificados como ativo circulante, quando sua recuperação ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, após as datas-bases dos balanços; caso contrário, são classificados como ativos não circulantes.

i. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando necessário.

j. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os

empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis).

São reconhecidos inicialmente pelos valores justos, líquidos dos custos incorridos nas transações e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros. Estão apresentados na nota explicativa “14”.

k. Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

m. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

São constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Quando relevantes, os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

n. Imposto de renda e contribuição social - corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Estão apresentados na nota explicativa “24”.

o. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os empréstimos e financiamentos contratados.

q. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas foi reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e Bancos	138	8
Aplicações financeiras	3.415	-
Total	3.553	8

9. Participação em consórcios

	Percentual de Participação	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Consórcio Positivo	25,00%	<u>3.273</u>	<u>3.272</u>
		3.273	3.272

O Consórcio Positivo tem como objeto a concessão de uso da área correspondente ao Centro de Eventos Barigui, precedida da execução de obras de um novo centro de eventos e obras complementares no parque Barigui, bem como a manutenção e conservação dos bens reversíveis vinculados à concessão, ao longo de todo contrato, que é de 25 anos, e todas as edificações e equipamentos implantados pelo concessionário serão revertidos ao Patrimônio Público Municipal ao final da concessão, sem que caiba ao concessionário qualquer direito a indenização, seja a que título for, conforme edital de concorrência nº 005/2010- processo nº 107/10- ACL/APO.

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

10. Créditos com partes relacionadas

	2022	2021
Gás Verde S/A	-	38.000
Rodosul S/A	343	140
CPE Participações S/A	17.618	-
Forza Máquinas Agrícolas e Construção Ltda	11.923	-
Créditos com Pessoas Físicas	3.457	3.237
Outros créditos com partes relacionadas	9	11
	33.350	41.388

Os saldos relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e empresas ligadas sem remuneração.

11. Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital

Investida	2022	2021
Rodosul	592	592
Riobio	1	1
Gás Verde	-	245.617
São Gonçalo	-	6.445
Nova Iguaçu	-	4.614
Total	593	257.269

12. Investimentos em controladas e coligadas

A composição dos investimentos demonstra-se a seguir:

	Participação societária	2022	2021
Nova Iguaçu	52,9663%	-	20.389
São Gonçalo	20,0585%	-	5.330
ALN Gás	100,00%	83.035	82.529
Ágio - ALN Gás		635	635
Outros Investimentos minoritários		1	1
Totais		83.671	108.884

Movimentação dos investimentos:

Investidas	Saldos em 31/12/2021	Resultado Equivalência	Aumento de Capital	Ganho/Perda Variação Participação	Baixa por Venda	Saldo em 31/12/2022
Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. (*)	20.389	46	6.786	1.891	(29.112)	0
São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda. (*)	5.330	(155)	20.033	(5.560)	(19.649)	(0)
ALN Gás e Energia S/A	83.164	506	-	-	-	83.670
Outros investimentos minoritários	1	-	-	-	-	1
Totais	108.884	397	26.819	(3.669)	(48.760)	83.671

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(*) Em 21 de Janeiro de 2022 a Companhia concretizou a venda de sua participação societária nas empresas Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda e São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda.

Nos casos de Patrimônio Líquido negativo, após reduzir à zero seu saldo contábil da participação, perdas adicionais são consideradas e um passivo é reconhecido, conforme demonstrado na nota explicativa “17 - Provisão perda com investimento”.

13. Ajuste a Valor Justo

O saldo refere-se ao valor reconhecido para ajuste ao valor de realização pela aquisição da companhia ALN Gás e Energia S/A.

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo, em moeda nacional, estão assim demonstrados:

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas mensais de juros	Vencimento final	2022	2021
Capital de Giro	CDI 100% +0,6500	07/2025	6.656	9.016
Capital de Giro	CDI 100% +0,7000	07/2025	2.219	3.006
Capital de Giro	CDI 100% +0,7000	07/2025	3.697	5.009
Capital de Giro	CDI 100% +0,6500	04/2022	-	613
Limite Disponível conta Corrente			-	4.342
			12.571,7	21.986
Circulante			4.857	9.411
Não circulante			7.715	12.578

Garantia das operações de crédito: Os empréstimos e financiamentos foram amparados por garantias fidejussórias, representadas pelo aval dos acionistas e notas promissórias em favor das respectivas instituições financeiras.

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

15. Obrigações tributárias

Discriminam-se na data do balanço como segue:

Descrição	2022	2021
PIS/COFINS/ CSLL	2	-
Parcelamentos (*)	556	962
CSLL	50	86
IRRF	2	-
Totais	610	1.048
Circulante	562	552
Não circulante	48	496

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(*) Em 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária – PERT instituído pela MP nº 766/2017. A consolidação foi realizada em dezembro de 2018 e a Companhia efetuou os recolhimentos mensais das parcelas e o saldo em dezembro de 2022 encontra-se deduzido das parcelas já recolhidas.

16. Obrigações com partes relacionadas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Companhia Paranaense de Construção S.A	155.508	176.798
Conta corrente Pessoas Físicas	269.396	279.641
J. Malucelli Construções S.A	-	2.200
MLR Locação de Maquinas S.A	268	668
CPE Participações S.A	-	2.819
Biogas Energia Ambiental S/A	3.234	-
MLC Infra Construção S.A	-	4.426
J. Malucelli Equipamentos S.A	422	422
J6 Energia Renovável S.A	-	429
ALN Gás e Energia S.A	45.624	19.503
Outras Partes Relacionadas (*)	949	80
	<u>475.401</u>	<u>486.986</u>
Circulante	21.181	41.500
Não Circulante	454.221	445.486

Os saldos relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas e coligadas.

(*) Saldo relativo a transações que envolvem a Companhia com novas investidas do Grupo, investidas estas que ainda dependem da aprovação dos agentes reguladores para concretizar a transferência do controle acionário.

17. Provisão para perdas com investimento

A Companhia reconhece os resultados apurados em suas investidas através do método de equivalência patrimonial. Nos casos de Patrimônio Líquido negativo, após reduzir a zero o saldo contábil da participação, perdas adicionais são consideradas e um passivo é reconhecido, com base na participação societária de cada empresa.

Em 31 de dezembro de 2021 as investidas abaixo encontravam-se com o seu Patrimônio Líquido negativo, resultando na provisão abaixo indicada:

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Investidas</u>	<u>% Partic. societária</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Rodosul S/A	46,10%	(1.429)	(1.329)
Gás Verde S/A	38,51%	-	(181.262)
Totais		<u>(1.429)</u>	<u>(182.591)</u>

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Movimentação das provisões para perda de investimentos:

Investidas	Saldos em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado equivalência	Reversão provisão perda investimentos	Ganho/perda variação participação	Baixa por venda	Saldos em 31/12/2022
Gás Verde S/A (*)	(181.262)	261.225	(19.785)	201.047	(93.456)	(167.769)	-
Rodosul S/A	(1.329)	-	(100)	-	-	-	(1.429)
Totais	(182.591)	261.225	(19.885)	201.047	(93.456)	(167.769)	(1.429)

(*) Em 21 de Janeiro de 2022 a Companhia concretizou a venda de sua participação societária na empresa Gás Verde S.A.

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), dividido em 1.840.041 (um milhão, oitocentos e quarenta mil e quarenta e uma) ações, sendo 1.635.612 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil e seiscentos e doze) ações ordinárias e 204.429 (duzentos e quatro mil, quatrocentas e vinte e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida de consórcios

Refere-se exclusivamente à participação no Consórcio Positivo (25%), sendo auferido R\$ 508 (R\$ 91 em 2021).

20. Despesas gerais e administrativas

Estão representadas pelas seguintes naturezas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Por natureza:		
Serviços de terceiros	(3.481)	(602)
Viagens e estadias	(19)	(126)
Despesas compartilhadas	(252)	(140)
Outras despesas gerais e administrativas	(266)	(57)
	<u>(4.018)</u>	<u>(925)</u>

21. Equivalência patrimonial

Os resultados das equivalências patrimoniais estão compostos pelos seguintes investimentos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Investida:		
Concessionaria de Rodovias Rodosul S/A	(100)	(141)
Gas Verde S.A	(19.786)	(49.977)
Nova Iguaçu	47	(5.339)
São Gonçalo	(155)	(133)
ALN Gás e Energia S/A	506	(35.813)
	<u>(19.488)</u>	<u>(91.403)</u>

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

22. Outras receitas e despesas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado Variação Participação	(97.124)	-
Baixa Venda Investimento	(216.530)	-
Reversão Provisão Perda	201.047	-
Valor Venda Investimentos	35.437	-
Ajuste Investimento	(29.361)	-
Outras receitas	34.749	170
	<u>(71.782)</u>	<u>170</u>

23. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro apurado pela Companhia discrimina-se como segue:

Receitas e despesas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras:		
Juros auferidos	4.402	55
Receita sobre aplicação financeira	2.308	16
	<u>6.710</u>	<u>71</u>
Despesas financeiras:		
Encargos sobre empréstimos	(3.514)	(3.557)
IOF	(62)	(100)
Juros	(367)	(474)
Despesas bancárias	(65)	(382)
	<u>(4.008)</u>	<u>(4.513)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>2.702</u>	<u>(4.442)</u>

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia optou pelo Lucro Real para os exercícios de 2022 e 2021.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado contábil antes dos tributos	(92.596)	(96.966)
Ajustes à base de cálculo		
Equivalência Patrimonial	19.488	91.403
Outros	-	-
Base de cálculo tributável - ajustada	(73.108)	(5.563)
(-) Compensação base negativa - 30%	-	-
Base de cálculo após compensação	<u>(73.108)</u>	<u>(5.563)</u>
Alíquota vigente - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL apurados	<u>-</u>	<u>-</u>

25. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Valor justo		Valor contábil	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.553	8	3.553	8
Impostos a recuperar	568	17	568	17
Participação em consórcios	3.273	3.272	3.273	3.272
Adiantamentos concedidos	97	8	97	8
Não circulante				
Créditos com partes relacionadas	33.350	41.388	33.350	41.388
AFAC - adiant. futuro aumento capital	593	257.269	593	257.269
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	19	10	19	10
Empréstimos e financiamentos	4.857	9.411	4.857	9.411
Obrigações fiscais e tributárias	562	552	562	552
Obrigações com partes relacionadas	21.181	41.500	21.181	41.500
Outras obrigações	-	20	-	20
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	7.715	12.578	7.715	12.578
Obrigações fiscais e tributárias	47	496	47	496
Obrigações com partes relacionadas	454.220	445.486	454.220	445.486
Provisão para perda com investimentos	1.429	182.591	1.429	182.591

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

a. Categoria de instrumentos financeiros

	2022			2021		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.553	-	3.553	8	-	8
Impostos a recuperar	-	568	568	-	16	16
Participação em consórcios	-	3.273	3.273	-	4.218	4.218
Adiantamentos concedidos	-	97	97	-	-	-
Não circulante						
Créditos com partes relacionadas	-	33.350	33.350	-	216.412	216.412
AFAC - adiant. Futuro aumento capital	-	593	593	-	-	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	10	10	-	10	10
Empréstimos e financiamentos	-	4.857	4.857	-	10.369	10.369
Obrigações fiscais e tributárias	-	562	562	-	602	602
Obrigações com partes relacionadas	-	21.181	21.181	-	9.057	9.057
Outras obrigações	-	-	-	-	2	2
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	-	7.715	7.715	-	11.556	11.556
Obrigações fiscais e tributárias	-	47	47	-	967	967
Obrigações com partes relacionadas	-	454.220	454.220	-	390.598	390.598
Provisão para perda com investimentos	-	1.429	1.429	-	132.472	132.472

b. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos da Companhia:

Descrição	Valor justo em 31 de dezembro de 2022			
	Saldo em 2022	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	3553	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-

Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses

preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

26. Gerenciamento integrado de riscos

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia que apresenta exposição aos seguintes riscos:

(i) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) Risco de Crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

Controladora:

	Valor contábil	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	12.573	21.986
Fornecedores	19	10

(iii)Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2022	2021
Empréstimos e financiamentos	12.572	21.989
Fornecedores	19	10

(iv)Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio: decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de

PORTO DE CIMA CONCESSÕES S/A
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
para os Exercícios findos em 31 de Dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	Valor contábil	
	2022	2021
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	12.572	21.989

Análise de sensibilidade para empréstimos e financiamentos de taxa variável vinculadas a CDI em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Valor exposto	Risco	Aumento do CDI	
			25%*	50%*
Empréstimos e financiamentos	12.572	Encargos	2.145	2.574

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 13,65%.

Diretoria

Juarez Jose Malucelli
Diretor Presidente
CPF: 027.711.369-53

Contador

Valdecir Ferraz Machado
CRC 025.494/O-4 PR